

A animação do desenvolvimento de áreas desfavorecidas em Portugal: das incidências segmentadas às abordagens territoriais

Luís Moreno¹

Introdução: actores da animação e dimensões do desenvolvimento

O processo de desenvolvimento contempla numerosas dimensões, dependendo da sua articulação a consecução de objectivos inerentes à definição desse processo. Programas, projectos e acções que visem a melhoria sustentável das condições de vida das pessoas e do seu meio enquadram-se no sentido que a sociedade ocidental – em particular, sendo a mais antropocêntrica – dá à expressão «desenvolvimento». Conforme a incidência, diferentes adjectivos se aplicam (Fig. 1), atribuindo-lhe sentidos diversos, uns mais valorativos (positivos, negativos, críticos, propositivos), outros mais caracterizadores (óptica social, económica, sectorial, territorial...).

A animação do desenvolvimento pressupõe a intervenção de actores sociais e agentes que, tanto a título formal como informal, contribuem para uma dinâmica de sustentação da tríade “sociedade, economia, território”. Neste processo, são chamados ao exercício de funções de inovação social, participando em organismos públicos (do Estado central e local, as autarquias) e privados (empresas, associações / ONGD, ONGA, IPSS, etc.), pessoas de formação moral e intelectual muito diversa. Damos aqui um sentido abrangente à figura do “animador”, não a cingindo apenas aos profissionais da animação (comunitária / local), alvos da atenção de Maria Elsa BASTO et al. (1993) ou Graça PALMA et al. (1991).

Para alguns indivíduos, imperam as convicções, os princípios (eventualmente a religiosos), linhas de acção bastante bem definidas; para outros, dominam as razões de inspiração dialéctica, de resposta a necessidades vistas como relativas e contingenciais, levando à predisposição para acções algo flexíveis. Naturalmente, a vida em sociedade e o desenvolvimento organizacional e institucional implica a compatibilização de ambas as tendências, só aparentemente antinómicas.

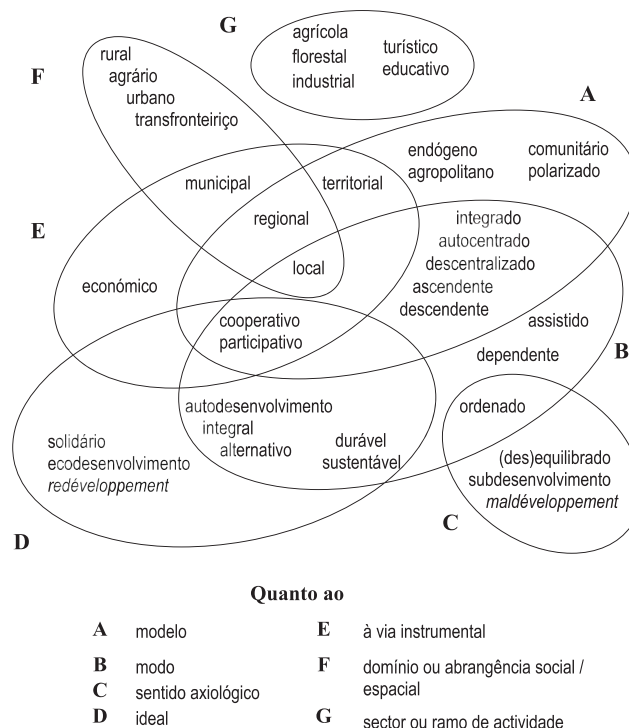
A profissionalização das actividades de animação tem implicado um certo nível de formação intelectual, académica e/ou técnica, entre o nível médio e o superior, em praticamente todos os domínios, desde as disciplinas da cultura, das humanidades, das diferentes artes, até às ciências mais abstractas, as da terra e da vida, as sociais e humanas, as aplicadas à inovação e ao desenvolvimento das actividades primárias, de transformação e de serviços de apoio a todo o sistema.

¹ Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras e Centro de Estudos Geográficos

A animação do desenvolvimento
de áreas desfavorecidas em Portugal:
das incidências segmentadas às abordagens territoriais

Dada a abrangência exposta, impõe-se a questão: em que consiste a animação, designadamente a que se aplica ao desenvolvimento de áreas desfavorecidas? Seguidamente procuraremos incidir na resposta, primeiro através de uma breve contextualização conceptual e depois com uma abordagem diacrónica e sincrónica da realidade portuguesa quanto às condições em torno da (des)qualificação territorial.

Fig. 1 – O «desenvolvimento» na perspectiva social: uma classificação dos atributos mais comuns (MORENO, 2002:26)



A animação como processo estimulante da participação

Podemos considerar a animação como um processo de estímulo da auto-estima e da confiança (autoconfiança e heteroconfiança), portanto um factor de desinibição que propicia a ousadia, a criatividade e a emancipação em ambiente de interdependência (interconfiança) funcional. Ou seja, se animar é dar ânimo, encorajar, é também favorecer a iniciativa, condição essencial dos princípios democráticos ocidentais, na sequência da afirmação do espírito burguês, da urbanidade, do cosmopolitismo e do inerente culto das interacções.

Como só tem ousadia quem sente poder e este é a capacidade de dispor de recursos e de intervir, percebe-se que «animar» implica favorecer a aquisição de meios materiais (domínio económico) e imateriais (valores, atitudes, motivações) para a iniciativa num ambiente receptivo. Trata-se de promover a participação e a inclusão nos processos que desdobram o potencial criador das sociedades, integrando dimensões que vão da cívica à económica e à ambiental. Portanto, a animação implica aquilo que se tem designado internacionalmente por *empowerment* e no Brasil por «empoderamento», neologismo de tradução directa e de aplicação crescente. Num sentido social, «animar» será favorecer

a expressão da liberdade com finalidade positiva para as pessoas e, por extensão, para as comunidades e territórios, construídas por pessoas individuais e colectivas, estas de direito privado ou público.

Do exposto, depreende-se que a animação implica um simultâneo e interactivo processo de desenvolvimento pessoal, económico e territorial, podendo o empoderamento ser visto tanto como individual como como colectivo (organizacional / territorial). No entanto, de acordo com determinadas competências específicas de animadores e do respectivo enquadramento institucional, a animação pode ter mais carácter social, socioeducativo ou socioeconómico.

Estando muitas vezes a animação a cargo de assistentes sociais, professores, membros da igreja, técnicos de formação diversa, autarcas, nem sempre – aliás, poucas vezes – estes indivíduos, profissionais e/ou voluntários, conseguem efectivamente gerar efeitos indutores da iniciativa e da verdadeira autonomia nos respectivos territórios, especialmente quando falta uma combinação de mediação qualificada e persistente acção articulada (parcerias e redes) para o desenvolvimento local. De qualquer modo, referimo-nos a um processo muito lento de implicação multiforme na mudança social, dependente de políticas de enquadramento, com incidência em diferentes escalas e domínios.

A persistente herança portuguesa: polarização, animação truncada e desqualificação

Num certo sentido, podemos identificar em Portugal tendências pesadas de limitada animação, fraco estímulo do empreendimento estruturado, factores de relativa (des)qualificação social. Tratam-se de condicionamentos que reflectem sobretudo a grande matriz cultural, associados a um processo histórico de omnipresença da religião católica e de configuração centralizadora do poder político.

País formado em período de declínio do feudalismo, Portugal esboçou desde o início a tendência para a centralização do poder do rei, no contexto da instabilidade pensinsular. Nos finais do século XIV uma crise dinástica dá oportunidade a que os interesses da burguesia se representem num novo poder real, mais reforçado à custa da nobreza e alto clero, após guerra com Castela. Assim, na falta de poderes regionais, a capital política do país passou a representar, cada vez mais, o principal pólo de cultura formal e dominadora, um dos grandes “entrepostos” de drenagem de recursos do interior e centro de consumos privilegiados, muitas vezes importados, especialmente por parte de elites emuladoras das congéneres dos países que mais se afirmaram pela via do comércio e da industrialização.

O mar desde cedo se apresentou como o caminho do (re)descobrimento, primeiro face às naturais dificuldades dos percursos terrestres, acentuadas pela posição periférica, depois devido aos desafios colocados pelo encarecimento e rarefacção de valorizados produtos orientais. Assim, privilegiou-se a via exterior para a satisfação dos interesses dos mais poderosos, condição que foi construindo, continuamente, uma característica estruturante da cultura portuguesa: a percepção comum de “recursos limitados” no país, à medida que ideias de um “mundo melhor” acompanhavam as notícias das terras e riquezas descobertas. Foi aqui fundamental o papel do catolicismo, detentor de posição privilegiada na educação (para o paternalismo e submissão) e favorecedor de uma certa emigração que associava aos interesses do Império o da dilatação da fé.

Desta forma, explica-se o relativo desinvestimento do/no interior do país, na mesma medida em que as principais cidades do litoral, com Lisboa à cabeça, concentravam os meios que haveriam de fazer permanecer a sua hegemonia. Jaime CORTESÃO (1975) fez notar a semelhança entre as políticas de expansão cartaginesa e portuguesa, bastante diferentes das dos romanos e dos posteriores grandes Estados de implantação continental.

A animação do desenvolvimento
de áreas desfavorecidas em Portugal:
das incidências segmentadas às abordagens territoriais

Aquelas fizeram com que o conhecimento e exploração de rotas de comércio marítimo, constituindo uma via essencial para o enriquecimento, apenas favorecessem um grupo restrito de pessoas, em detrimento da densificação económica e social dos territórios que poderiam dar sustentabilidade regional à “manutenção” dos maiores núcleos urbanos.

Nestas condições, a macrocefalia portuguesa veio a traduzir um «modelo de crescimento dependente», sendo o país simultaneamente potência colonial e, de algum modo, colonizado, já que vários países industrializados tiraram proveito dos produtos continentais e coloniais com “cotação portuguesa”. Corolariamente, o investimento público nunca pôde responder a necessidades de inclusão e emancipação fora das áreas que se vieram a afirmar como os maiores centros e eixos de crescimento.

Como a primeira experiência de democratização (de 1911 até aos anos 20) não teve contexto para se sustentar, foi o conservadorismo e a “ética nacional-cristã” do Estado Salazarista que pacificou a sociedade, impondo relações paternalistas de dependência nos mais variados níveis e domínios, sendo particularmente determinante a falta de um efectivo poder local. Por outro lado, várias iniciativas surgidas durante a primeira república, que poderiam ter favorecido a ascensão social e capacitação de pequenos agricultores (entre outros), foram simplesmente tuteladas, caso do Crédito Agrícola Mútuo, na sequência de formas menos emancipadoras da penetração capitalista em meio rural. Este é apenas um exemplo da eliminação do risco, para o centralismo autoritário, do surgimento de focos de poder independente (económico e não só), ideologicamente motivado, logo ameaças prováveis de desregulação da ordem social. Como refere L. MORENO (2002):

«Ao querer “totalizar” a responsabilidade social, em vez de gerar estímulos para a organização da acção individual, o EN instruía a dependência, inspirava a desconfiança sistemática, alimentava a mentalidade policial (e policiada) e “menorizava” os mais carentes, tomando a tutela por substituto favorável da livre associação. Em lugar de fomentar a emancipação, conseguia tornar compatível o espírito colonial / colonizador com a intervenção débil, proteger a ineficiência mais abastada (premiando o absentismo latifundiário) e “etilizar” o trabalho dócil e rotineiro. Ao temer a criatividade, restringia a motivação para a aprendizagem, modelizava a obediência e o respeito pela hierarquia tradicional, equiparava o risco ao atrevimento insolente e desprezava a inovação endógena e extra-técnica» (p. 184).

Em período ditatorial, surgiram algumas dinâmicas de animação, mas não puderam ter mais que incidências sectoriais: projectos “de desenvolvimento comunitário”, promovidos por organizações religiosas (ex: GRAAL) pouco mais conseguiram que a mera animação cultural, dado o contexto repressivo e dissuasor. A própria animação com economia doméstica para as famílias rurais teve poucos meios e era alvo de desconfiança. Dos projectos de “extensão rural”, só em Angola agrónomos e técnicos agrários lograram algum êxito (Projecto-piloto do Andulo); no continente, a dinâmica (promovida por empresas como a Shell e a CUF) não passou da «extensão agrícola», sem apoios multidimensionais que pudessem promover o desenvolvimento rural.

O Desenvolvimento Local como enquadramento da animação

Com o fim da ditadura em 1974, a forte dependência externa de Portugal, de efeitos acentuados com a crise dos anos 70 e dos inícios dos anos 80, tornou inevitável a busca da integração na Comunidade Europeia, quase em paralelo com Espanha. Assim, o esforço português de modernização e de acompanhamento de todo o processo europeu de reestruturação económica e social não pôde deixar de implicar várias formas

de desconcentração e descentralização. Dentro destes processos induzidos pelo contexto externo, o Desenvolvimento Local (DL) afirmou-se simultaneamente como um movimento e um processo de reacção à crise.

Logo em Maio de 1974 a Junta de Salvação Nacional definiu, entre as grandes linhas de orientação a prosseguir pelo governo provisório, o «fortalecimento das autarquias locais, com vista à participação activa dos cidadãos na esfera política dos respectivos órgãos» (Decreto-Lei 203/74 de 15 de Maio) e «a prossecução de uma política de ordenamento do território e de descentralização regional em ordem à correcção das desigualdades existentes» (Decreto-Lei 524/74 de 8 de Outubro).

A Constituição portuguesa de 1976 – como virá a acontecer com a espanhola de 1978 (cf. VÁZQUEZ BARQUERO, 1987) – coloca entre as «Tarefas fundamentais do Estado», no Artº 9º, o «defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais» (al. c), «(...) assegurar um correcto ordenamento do território» (al. e) e «promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional (...)» (al. g). Também quanto às incumbências prioritárias do Estado (artº 81º) encontramos: «Orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminar progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo» (al. d).

O principal esforço de ajustamento culminou na Lei das Finanças Locais de 1979, com posteriores modificações. O papel positivo das autarquias locais na promoção da qualidade de vida passou a ser um facto, verificável ao longo dos anos 80 (cf. HENRIQUES, 1990; TOSCANO, 1996; PEDROSA, 1997), embora isso tenha consistido sobretudo na dotação de condições de melhoria do bem-estar em cidades e vilas do interior, segundo um padrão urbano-centrado, através da prioridade dada a equipamentos e infra-estruturas. Por outro lado, o investimento social meritório das autarquias, centrado em aspectos materiais, foi demasiado protagonizado pelos partidos políticos, implicando falta de condições para a participação popular e para inovação social.

Face à crise estrutural e às necessidades de rigor orçamental para intervir nas áreas mais carenciadas, surgiram os primeiros programas-piloto «Integrados»: de Desenvolvimento Rural (Trás-os-Montes - 1982-88, co-financiado pelo Banco Mundial), e de Desenvolvimento Regional (PIDR do Nordeste do Algarve, interior sul de Portugal, 1983-89), este como transposição para Portugal do modelo dos Programas Integrados Mediterrâneos (PIM).

Com a adesão à CE em 1986, outros programas «integrados» se sucederam (PIDR ou OID), como medidas de política regional. Mas também se encetaram algumas experiências enquadráveis em dinâmicas de DL, tais como aquelas de fomento do auto-emprego no âmbito do programa ILE da OCDE. Embora o alcance deste programa tenha sido bastante limitado (cf. BAPTISTA et al., 1991), deu um contributo seminal para a emergência de algumas das mais interessantes experiências de animação da sociedade.

De qualquer forma, a excepção das ILE não desmente o facto de a dinamização do factor humano nas áreas rurais continuar a ser, na época, demasiado centrado em medidas avulsas e sectoriais. Como tentada excepção, face à carência de programação agrícola de base regional, prepararam-se desde 1987 os Programas de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR). Estes fracassaram na maioria dos objectivos propostos, devido a várias inconsistências, mas tiveram, pelo menos, o mérito de ensaiar metodologias de planeamento / ordenamento rural participado, ao ultrapassar os estreitos limites da agricultura e ao fazer surgir a figura da Comissão de Acompanhamento logo na fase de preparação, apontando o caminho profícuo da concertação permanente de interesses (cf. CORREIA, 1994).

DL e novas parcerias público-privado para a animação territorial

Enquanto se ensaiavam os PDAR – alguns deles vieram a estruturar posteriormente iniciativas do Programa LEADER – desencadeava-se uma paralela “sementeira” de posteriores dinâmicas de DL, através do programa JADE – Jovens Agentes de Desenvolvimento em Regiões de Emigração, materializado num curso longo, de 1987 a 1989 – «onde se introduz formalmente o conceito de “Desenvolvimento Local”» (MELO, 1997:4). Tratou-se de uma iniciativa do BIT, financiada inicialmente pelo PNUD e com posterior reforço do FSE (via IEFP), de tal modo que as CCR do Norte, Centro e Algarve passam a poder envolver pessoas de elevada motivação em projectos de qualificação endógena. A formação em alternância – com metodologias em que emergia a importância da investigação-acção – facilitou a transição entre uma fase probatória de trabalho de projecto e a inserção profissional contratualizada, com a pretendida implicação de parcerias no meio sócio-económico local (cf. ALMEIDA, 1990; NÓVOA et al, 1992).

Se exceptuarmos alguns casos pioneiros de organizações da sociedade civil (ex: ADPM, 1980; SEIES, 1980; Prog. RADIAL, 1985, Associação In Loco, 1988; Esdime, 1989...), só com a criação e implementação do PIC LEADER em 1991 se iniciou um processo bastante consistente de promoção da inovação e de valorização das identidades territoriais e dos recursos endógenos em meio rural. Até 1993, isso representou em Portugal o trabalho de 20 grupos de acção local (GAL) – no seio de Associações de Desenvolvimento Local (ADL) – novos centros de competência técnica em meio rural, embora com influências bastante diferenciadas em termos de capacidade de animação. Este facto confirmou-se com o aumento da abrangência do programa na fase LEADER II (1994-99, com 48 GAL) e na do LEADER+ (52 GAL)², verificando-se que as ADL do Sul sempre puderam disponibilizar mais meios humanos e melhor qualificados para a animação estratégica do que as da metade Norte de Portugal continental, de um modo genérico (MORENO, 2002).

Tanto o aparelho político-administrativo como os “novos poderes” / ADL tiveram de enfrentar maiores desafios, já que passaram a ser sistematicamente confrontados com as exigências decorrentes das parcerias encetadas ou concorrências forçadas. Com efeito, a partilha de responsabilidades na gestão territorial obrigou a uma maior transparência e a um alargamento da aprendizagem social, incluindo o «reforço das capacidades técnicas locais» (IEADR, 1995:18).

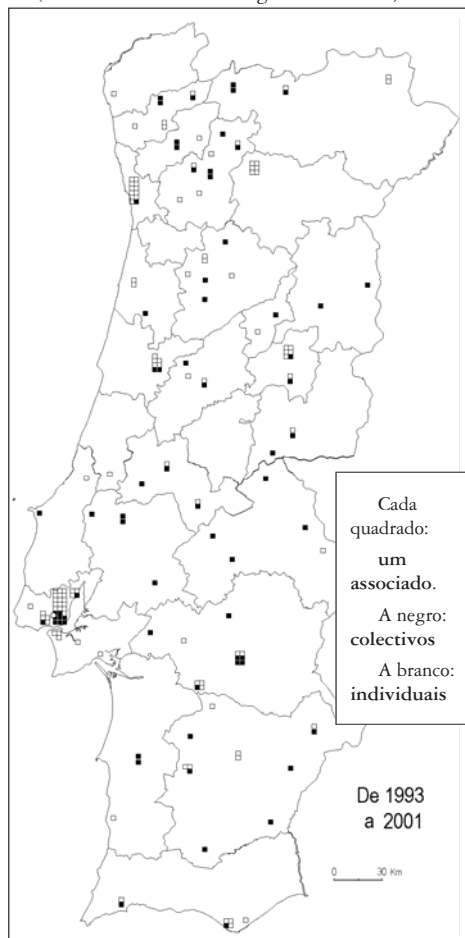
Em paralelo com a acção do LEADER II, o Estado reforçou as parcerias múltiplas através das implicações do QCA II / PPDR, abrangendo programas como: 1) Recuperação de Centros Rurais (45 no Continente); 2) Recuperação de Aldeias Históricas (10, na Beira Interior); 3) Sistema de Incentivos Regionais (SIR); 4) Regime de Incentivos às Micro-Empresas (RIME); 5) Implementação e Qualificação de Agências de Desenvolvimento Regional (IQADE). Com excepção deste último, de insignificante participação ascendente, todos os outros significaram reforço da possibilidade de animação económica (principalmente) de várias ADL. Com o RIME e o SIR, a influência incluiu o meio urbano, onde se registou, aliás, maior peso.

Como toda a “dinâmica LEADER” teve avaliações muito positivas, não só inspirou os referidos programas complementares do PPDR mas também se procedeu ao *mainstreaming* do “método LEADER”; abreviadamente, isto significou o enformar das práticas de cooperação e parceria, responsabilizando ao nível local-regional, de forma partilhada, poderes públicos e a sociedade civil organizada. Isto encontra-se bem traduzido logo na concepção do Mercado Social de Emprego (1996), no PNDES (1998), nos Planos Nacionais

² De 37% para mais de 80% do território nacional entre 1991 e 2001.

de Emprego (articulação das políticas de educação, formação e emprego, criação de políticas activas de emprego, de «pactos territoriais», «redes regionais para o emprego»...) e no PDR III / QCA III (2000-2006), sendo suficiente exemplo de interesse a concepção das Acções Integradas de Base Territorial (AIBT), incorporadas nos Programas Operacionais Regionais.

Fig. 2 – A rede animar em 2001
(só os associados de Portugal Continental)



Também o Programa Rede Social, criado em 1997 e posto em prática dois anos depois, contempla diversas formas de animação intra-concelhia, desde as mais genéricas, inerentes à «articulação e congregação de esforços» (integração de processos de animação), até à que se designa por «animação sócio-local» no próprio texto do documento criador. No entanto, tratando-se de um processo recente, muitas limitações se encontram, estando bem registadas dificuldades consideráveis em áreas rurais, relacionadas com a deficiente informação e falta de participação (pró)activa de autarcas das freguesias, por exemplo (cf. A. CRISTÓVÃO et al., 2004).

Em torno da rede 'animar': enquadramento da animação de organizações cívicas e solidárias

A mesma vaga reformista que procurava contribuir para a (re)estruturação a longo prazo dos meios mais sensíveis aos efeitos negativos da construção do «grande mercado interno» da UE dá origem, por um lado, à rede TERN (Trans-European Rural Network, 1989) e ao PIC LEADER. Qualquer destas realidades contribui para explicar o surgimento em Portugal da 'animar' em 1993 (MORENO, 2002; MORENO et al., 2003), a Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local (apenas «em Meio Rural», até 1997).

Desde o seu início que a *animar* (www.animar-dl.pt) se tem vindo a afirmar como uma «rede nacional de organizações, iniciativas e cidadãos pelo DL», afirmando uma via crítica e construtiva pela igualdade de oportunidades para o desenvolvimento, pela redução das assimetrias sociais e territoriais, pela valorização das complementaridades Rural-Urbano e pela Coesão Social e Territorial. Como movimento cívico, tem efectuado acção de lóbi, com o declarado objectivo de criar condições «para uma emancipação de pessoas e territórios, valorizando identidades e competências, o que só é possível pela dinamização associativa, pela cooperação, pela efectivação de parcerias, pela pressão junto dos poderes públicos. Trata-se de promover a inovação social através do desenvolvimento participado em rede, assente no local, nos processos ascendentes» (MORENO, 2002).

A animação do desenvolvimento
de áreas desfavorecidas em Portugal:
das incidências segmentadas às abordagens territoriais

O interesse em focar esta organização, muitas vezes auto-designada por “rede de pessoas e Organizações Cívicas e Solidárias” – que conta mais de 70 membros colectivos e de 100 individuais³ (Fig. 2) – diz respeito à sua mobilização de um conjunto de iniciativas de animação do desenvolvimento. Por um lado, desde 1994 que realiza bienalmente a *MANIFesta* (Feira e Assembleia do DL), evento nacional de mostra do que se faz e do que se pretende fazer em termos de “territorialização do desenvolvimento”: uma “feira de feiras” e um espaço de debate multiparticipado, com preparação ascendente, a partir de prévias Assembleias Regionais e de outros contributos. Procura dar visibilidade perante a opinião pública e os poderes instituídos, condição-base para a integração territorial que melhora as oportunidades dos meios mais desfavorecidos.

Por outro lado, faz parte da *animar* a ONG que conduziu o processo de animação da rede portuguesa LEADER II entre 1999 e 2001 (INDE) e que favoreceu o aparecimento da Federação Minha Terra⁴ (<http://www.minhaterra.pt/>). Desde então, a DGDRural / IDRHa (Ministério da Agricultura) chamou a si a condução do processo de animação do LEADER+, tornando a INDE, a *animar*, a Minha Terra e outras entidades parceiras e prestadoras de serviços / produtos, através de contratos mais específicos. Complementarmente, a *animar* estruturou um processo próprio de participação ascendente da sociedade civil para a animação territorial, através de um projecto no âmbito do PIC EQUAL, em parceria com a Caritas Portuguesa – *Convergências: Comunicar para Valorizar* (cf. <http://www.convergencias.net>). Neste âmbito, e com novas parcerias entretanto constituídas, encontra-se em dinamização o Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local (OISDL), um instrumento virtual e interactivo (articulações ascendente-descendente e horizontais) e de apoio multidimensional à animação nos diferentes territórios (cf. <http://www.oisd.org>).

Naturalmente, como a animação do desenvolvimento não pode ignorar o contexto internacional deste processo (do global e do local ao «glocal»), a *animar* não deixa de se integrar em dinâmicas europeias de promoção de territórios desfavorecidos, designadamente em áreas rurais, numa clara aposta em contribuir para a diversificação participativa, inerente ao fortalecimento da democracia, algo acentuadamente pertinente com o processo de integração na UE dos PECO (de sociedade civil debilitada).

³ Maioritariamente colaboradores de associações de desenvolvimento, membros de centros de investigação, universidades e organismos da Administração Pública.

⁴ Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local.

Referências

- ALMEIDA, Nuno (Coord) - *Actas do Colóquio Internacional "O Desenvolvimento Local e a Acção dos Agentes de Desenvolvimento nas Regiões de Emigração da Europa"*, Porto, 1989, CCRN-CCRC-CCRA-BIT, 1990, 246 p.
- BAPTISTA, A J Mendes; et al. - O Programa ILE em Portugal, Lisboa, Ed. ESCHER Publ., Col. Estudos Locais nº 5, 1991.
- BASTO, Maria Elsa; NEVES, Eduarda - "Animação Comunitária: o que é? como se faz? quem faz?", in: *Animação Comunitária*, Edições Asa, 1993, pp. 6-15.
- CORREIA, Maria da Luz F - *PDAR: uma contribuição para o desenvolvimento local?*, Lisboa, ISA-UTL, 1994, 161 p. (dissertação de mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural).
- CRISTÓVÃO, Artur; KOEHNEN, Timothy - "Construção de Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento em Municípios Rurais: Casos de Trás-os-Montes", *II Congresso de Estudos Rurais*, Angra do Heroísmo, Terceira, 1994, 20 p.
- HENRIQUES, José Manuel - *Municípios e desenvolvimento*, Lisboa, Ed. ESCHER Publ., Col. Estudos Locais nº 2, 1990.
- MELO, Alberto - "Pensar no global para agir no local: contributos para uma conceptualização e uma história das associações de desenvolvimento local em Portugal", Seminário Internacional *A Revitalização do Mundo Rural e o Ordenamento do Território*, Lisboa, CEDREL, 1997.
- MORENO, Luís (coord.); et al. - *Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*. Lisboa, animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, 2003, 237 p.
- MORENO, Luís - "Animação participativa, governança democrática e Desenvolvimento Local" - *III Conferência Participação, Empowerment e Liderança Comunitária*, Lic. DCSM-ISPA, Lisboa, Maio de 2002.
- MORENO, Luís - *Desenvolvimento Local em meio rural: caminhos e caminbantes*. Lisboa, FLUL, dissertação de doutoramento em Geografia Humana, 2002, 498 p. + apêndices.
- NÓVOA, António; et al. - *Formação para o desenvolvimento: uma experiência participada de formação de agentes de desenvolvimento*. Programa JADE, Estudo elaborado no quadro de um projecto da OIT, Lisboa, Fim de Século, 1992, 156 p.
- PALMA, Graça; DIAS, Nelson - *Dar rosto à intervenção: os animadores de Desenvolvimento Local*. Faro, Associação IN LOCO, 2001, 87 p.
- PEDROSA, Nélia do Carmo - *O papel da autarquia no desenvolvimento local. O caso específico do município de Pombal*, Univ. Évora, Trab. Fim Curso Sociologia, 1997, 280 p.
- TOSCANO, Carlos João S - *Integração europeia e os desafios ao desenvolvimento local - que protagonismo dos municípios portugueses?*, dissertação de mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE, 1996.
- VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio (dir.) - *Proceso de formulación de las políticas de desarrollo local. La experiencia española*, Madrid, Instituto del Territorio y Urbanismo, MOPU, 1987, 123 p.

